



Revista de Administração da
Universidade Federal de Santa Maria

E-ISSN: 1983-4659
rea@smail.ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

de Castro Alcântara, Valderí; dos Santos Macedo, Alex; Arlindo Silva, Edson; Ferreira, Ana Cristina; Argolo Mendes, Alcindo Cipriano

MODELO DE AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL
APLICADO A CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISES,
CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS

Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 10, núm. 3, julio-septiembre, 2017, pp. 493-513

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273453338008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

MODELO DE AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL APLICADO A CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISES, CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS

MODEL ASSESSMENT OF CORPORATE ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY APPLIED TO PRODUCTION CHAIN AGROBUSINESS: ANALYSIS, CONSIDERATIONS AND CRITICAL

Data de submissão: 16/01/2014
Aceite: 03/06/2015

Valderí de Castro Alcântara¹
Alex dos Santos Macedo²
Edson Arlindo Silva³
Ana Cristina Ferreira⁴
Alcindo Cipriano Argolo Mendes⁵

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar o desenvolvimento, estrutura fatorial e discussões de um modelo de avaliação da responsabilidade ambiental empresarial adequado para a cadeia produtiva do agro-negócio. A pesquisa empírica foi realizada com empresas da região do Alto Paranaíba, Minas Gerais, e os dados foram coletados por meio de questionário e escala. Com a análise fatorial extraiu-se cinco fatores: Comprometimento e atividade ambiental (COMAMB = 3,20), Gerenciamento dos impactos ambientais (GIMA = 4,13), Educação e conscientização ambiental (ECAM = 3,52), Envolvimento com *stakeholders* (ENVOLV = 3,69) e Economia de recursos (ECON = 4,23). O Índice Geral de Responsabilidade Ambiental Empresarial foi de 0,6885. Observou-se que as empresas analisadas, em média, não se preocupam com a educação e conscientização ambiental e apresentam um baixo nível de comprometimento com ações em prol da preservação e proteção do meio ambiente. No entanto, as mesmas buscam manter um gerenciamento eficiente dos impactos ambientais e ainda envolvem tais temáticas com seus *stakeholders*. E assim, realizam economia verde e marketing verde de suas atividades. Por fim, debate-se que a responsabilidade ambiental empresarial é uma estratégia de atuação das empresas, pautada por uma racionalidade estratégica e econômica.

Palavras-chave: Responsabilidade Ambiental Empresarial; Desenvolvimento Sustentável; Agro-negócio; Análise Fatorial.

¹ Possui graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa - Campus de Rio Paranaíba. Doutorando em Administração da Universidade Federal de Lavras. Lavras. Minas Gerais. Brasil. E-mail: valderi.alcantara@posgrad.ufla.br

² Possui graduação em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras e doutorado em Administração com concentração na área Pública do PPGADM/UFV pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: alexmacedo.ufv@gmail.com

³ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, mestrado em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: edson.silva@ufv.br

⁴ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: ana-cristina18@hotmail.com

⁵ Possui graduação em Ciências Contábeis pela FIPAG, Mestrado em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School. Atualmente é doutorando em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina e professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: alcindomendes@ufv.br

ABSTRACT

This article presents the development, factor structure and discussion of a model for assessing the appropriate corporate environmental responsibility to agribusiness production chain. The empirical research was conducted with companies in the Alto Paranaíba, Minas Gerais and the data collected through questionnaire was used and scale. With the factor analysis extracted five factors: Commitment and environmental activity (COMAMB = 3.20), Environmental impacts (GIMA = 4.13), Education and environmental awareness (ECAM = 3.52), Involvement with stakeholders (ENVOLV = 3.69) and Resource economics (ECON = 4.23). The overall index of corporate environmental responsibility was 0.6885. It was observed that the companies analyzed, on average, do not care about education and environmental awareness and have a low level of commitment to actions for the preservation and protection of the environment. However, they seek to maintain an efficient management of environmental impacts and which involve such issues with their stakeholders. And so, perform 'green economy' and 'green marketing' of their activities. Finally, the debate that corporate environmental responsibility is a strategy where the companies operate, guided by a strategic and economic rationality.

Keywords: Corporate Environmental Responsibility; Sustainable Development; Agribusiness; Factor Analysis.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio compreende além das atividades de produção agropecuária, em geral, aquelas que se referem à produção de bens e insumos para a agropecuária, ao processamento e à distribuição de produtos de base agropecuária (VERDOLIN e ALVES, 2005). Nesse sentido, Batalha (2000, p. 5) apresenta que o termo agronegócio se refere a um “[...] conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas, etc.) ao consumidor”.

O conceito de cadeia produtiva, por sua vez, está delimitado em diversas perspectivas. Na linha desenvolvida na França, Morvan (1988), considera cadeia produtiva como uma sucessão de operações de transformação, um conjunto de relações comerciais e financeiras e de ações econômicas que se articulam. Diante desta concepção, no presente trabalho, considerou-se como pertencentes à cadeia produtiva do agronegócio todas as empresas (e demais empreendimentos) que mantêm relação de prestação de serviços, comercial, produtiva ou industrial envolvendo as atividades agropecuárias.

Discute-se que as atividades da cadeia produtiva do agronegócio trazem diversos impactos ao meio ambiente. De forma geral, os principais impactos ambientais ligados diretamente ao agronegócio são: destruição da fauna e da flora, contaminação dos recursos hídricos, erosão e assoreamento dos cursos d’água e destruição de áreas de produtividade natural (KRAEMER, 2000). Assim, tornam-se relevantes os estudos sobre os impactos causados pela cadeia produtiva do agronegócio no meio ambiente e a importância desta ser ambientalmente sustentável (KRAEMER, 2000; ALCÂNTARA, et al., 2010a). Cita-se que essas discussões possuem respaldo na literatura científica nacional e internacional (MACRAE, HENNING e HILL, 1993; SHRIVASTAVA, 1995; KRAEMER, 2000; LINTON, KLASSEN e JAYARAMAN, 2007; GRZESZCZYK, 2012).

Conforme Silva, Reis e Amâncio (2011, p. 148) “os problemas socioambientais enfrentados atualmente conquistaram amplo espaço no meio acadêmico, principalmente por serem causados, em sua maior parte, pela intervenção humana” e ainda segundo os autores constata-se que estes problemas socioambientais ameaçam o equilíbrio ecológico e a existência de várias formas de vida. Como síntese, o agronegócio é uma das atividades humanas que causam diversos

impactos ambientais. Cabe considerar, neste ínterim, que o meio ambiente consoante a Constituição Federal de 1988, Art. 225, é um bem de uso comum e essencial à qualidade de vida, sendo responsabilidade de todos defendê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988).

Dentro deste escopo, emerge o conceito de responsabilidade ambiental empresarial, definida por Alcântara *et al.* (2010a; 2010b; 2011), com base no Instituto Ethos (ETHOS, 2009) como sendo as relações éticas e ambientalmente responsáveis (sustentáveis) das empresas para com o meio ambiente, envolvendo uma diversidade de dimensões, tais como: educação ambiental, conscientização ecológica, economia de recursos naturais, reciclagem e reutilização de materiais, minimização de impactos, preservação e proteção dos recursos naturais, dentre outros. Este conceito emerge também das discussões sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e socioambiental (CARROLL, 1999; MENDONÇA, 2002; ALVES, 2003; SACHS, 2004; ETHOS, 2009; ORELLANO e QUIOTA, 2011). No escopo desta pesquisa, acrescenta-se que existe uma carência de trabalhos na literatura sobre modelos de mensuração do desenvolvimento sustentável ou da responsabilidade socioambiental com foco na cadeia produtiva do agronegócio.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva apresentar o desenvolvimento, estrutura fatorial e discussões de um modelo de avaliação da responsabilidade ambiental empresarial adequado para a cadeia produtiva do agronegócio. Especificamente, procura realizar uma análise crítica do conceito de desenvolvimento sustentável através dos resultados estatísticos encontrados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica tendo como amostra empresas deste setor situadas na região do Alto Paranaíba, Minas Gerais. Em especial, essa região se destaca como uma das mais importantes do agronegócio mineiro.

Este artigo foi estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, debate-se principalmente o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental empresarial. Na terceira parte, apresenta-se os caminhos e escolhas epistemológicas e metodológicas da pesquisa. Na seção quatro, os resultados e discussões. Por fim discute-se as principais conclusões, as limitações e recomendações de outras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este artigo está fundamentado principalmente nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e responsabilidade ambiental empresarial. Antes de iniciar as discussões é necessário destacar que os termos ‘sustentabilidade’ e ‘desenvolvimento sustentável’ serão compreendidos como faces de uma ‘mesma moeda’, tendo por embasamento os estudos de Sachs (2004), no qual se observa que o meio ambiente é apenas uma parte do constructo que envolve também outras dimensões como a social, a territorial, a econômica e a política. As discussões aqui levantadas e o modelo de medida possuem como foco a questão ambiental. Adiante, existem diversas linhas de discussão sobre o desenvolvimento sustentável e temáticas afins. Neste trabalho apresenta-se o conceito hegemônico e estudos críticos relacionados a este.

2.1 Desenvolvimento Sustentável: o conceito hegemônico e as críticas

Nas últimas décadas é possível observar que o modelo de economia vigente está causando graves impactos ao meio ambiente (LEFF, 2001; SACHS, 2004; OLIVEIRA, 2007). Segundo Oliveira (2007, p. 1), o capitalismo “[...] em sua atual configuração é definitivamente insustentável e careceria de uma urgente reestruturação desde as bases”. Dessa forma, discutir o desenvolvimento sustentável é discutir também os meios de produção, comercialização e organização da

economia vigente, enfim, da lógica de mercado predominante e que causa impactos às dimensões da vida social e ao meio ambiente (RAMOS, 1989; SERVA, 1997). Nessa direção, Sachs (2004) alerta que o *modus operandi* capitalista é um modelo que produz muitas mazelas socioambientais e, para Stahel (1998), a sustentabilidade exige mudanças no sistema vigente.

Focando os impactos ambientais do modelo vigente de crescimento/desenvolvimento, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) também apresentam que o desenvolvimento dos últimos anos trouxe riqueza, mas em contrapartida, causou degradação ecológica. Na mesma direção, para Martins e Cândido (2012, p. 4) o modelo adotado “[...] tem como principais implicações o crescimento do nível de degradação dos recursos naturais, da poluição ambiental e nos níveis de desigualdade social e de concentração de riqueza”. Guimarães e Fontoura (2012) expõem essa ideia de forma mais ampla, afirmando que a humanidade já sofre as consequências de um modelo de desenvolvimento que é ecologicamente predatório, socialmente perverso, eticamente reprovável e culturalmente alienado. Neste trabalho nos interessa, principalmente, a questão do ecologicamente predatório.

Dessa forma, considera-se que os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico se tornaram controversos exigindo novas formas de relação entre o homem e o meio ambiente. E, em “[...] decorrência dessa situação, surge o conceito de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, que procuram reduzir tais implicações, a partir do entendimento das fragilidades do modelo vigente” (MARTINS e CÂNDIDO, 2012, p. 4).

Dentro das discussões sobre o futuro do planeta e dos impactos antrópicos, a expressão desenvolvimento sustentável ganhou destaque em 1987 com a publicação do Relatório Brundtland (*Our Common Future*) pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Para Romeiro (2012, p. 68; grifos no original) “o conceito de *desenvolvimento sustentável* surgiu com o nome de *ecodesenvolvimento* nos anos 1970”. O autor ainda acrescenta que o termo ecodesenvolvimento teria sido cunhado por Maurice Strong, mas ficou conhecido nos trabalhos de Ignacy Sachs, autor já referenciado aqui.

No Relatório Brundtland, observa-se que o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que é capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer o futuro da humanidade (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). Essa é a definição mais recorrente (conceito hegemônico) para o termo e utilizada por trabalhos acadêmicos, pela mídia e em propagandas (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012).

Foi no relatório Brundtland que a expressão “desenvolvimento sustentável” foi pioneiramente definida como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades”. O relatório sugeriu que o “desenvolvimento sustentável” deveria ser reconhecido como o propósito orientador da ação política e econômica internacional (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012, p. 574).

Dessa forma, diversos outros conceitos de desenvolvimento sustentável acabam por conterem elementos deste relatório: para Ehlers (1999, p. 103) o desenvolvimento sustentável “deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais” e para Romeiro, Reydon e Leonardi (1996, p. 248) “o desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável”. Nesse sentido, o Art. 225, da CF de 1988 assevera que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Após o Relatório Brundtland o tema desenvolvimento sustentável se difundiu e passou a fazer parte de discursos governamentais, ambientalistas e empresariais (ALCANTARA et al., 2010a; VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012). E hoje, faz parte do cotidiano das pessoas e das empresas, presente em jornais, revistas, códigos de ética, programas de televisão e trabalhos acadêmicos.

Segundo Romeiro (2012, p. 68) o desenvolvimento sustentável “foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero” e conforme argumentos de Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), o contexto das discussões ambientais revela a inserção deste conceito em discussões científicas, econômicas e culturais.

Apresentado o conceito e um breve histórico em que o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu, passa-se a uma discussão mais crítica sobre a temática. Inicialmente, cabe citar o trabalho de Misoczky e Böhm (2012) que realizaram forte crítica ao Relatório Brundtland, afirmado com base em Lander (2011), que ele foi um ato de malabarismo conceitual que se tornou presente na opinião mundial. Misoczky e Böhm (2012) discutem que o ‘capitalismo verde’ se transformou em uma estratégia de mercantilização da natureza. Assim, o desenvolvimento sustentável funcionou como um calmante e no fundo não questionou as bases do capitalismo (lógica da acumulação de capital) e que por consequência confere legitimidade a um modelo que se mostra sustentável, mas, que é devastador (MISOCZKY e BÖHM, 2012) - *the wolf in sheep's clothing* (LANDER, 2011).

No mesmo norte, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) fazem uma discussão ampla da relação entre desenvolvimento sustentável e o sistema capitalista, *ipsis litteris*:

Em sua versão sustentável, o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista pressupõe a possibilidade do aumento da riqueza e prosperidade social sem que isto necessariamente implique aumento da degradação ambiental e das injustiças sociais. Entretanto, essa pretensão do sistema capitalista é essencialmente utópica, tendo em vista que, considerando seus fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos, sobretudo, ao se notar que os elementos constituintes do capitalismo não se desvinculam de uma concepção política liberal, centrada da hegemonia de uma ideologia burguesa que apregoa o sucesso econômico como o único caminho possível para a sociedade (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012, p. 578-579).

E assim, como anteriormente afirmado, as discussões perpassam pela própria lógica de mercado e da racionalidade com que as organizações, as empresas e as pessoas se relacionam com o meio ambiente e a natureza. Misoczky e Böhm (2012, p. 549) afirmam que a própria Eco-92 foi criticada como sendo uma reunião de realização de negócios e que nela “[...] foi consolidado o papel das corporações multinacionais como agentes da mudança ambiental”, o que também se observou na Rio+10. Ao estudar a Rio+20, Guimarães e Fontoura (2012, p. 524) afirmam criticamente que “[...] os líderes mundiais negligenciaram o caráter de urgência que o tema central do evento defendia” e que “o setor privado e os interesses dos países desenvolvidos na atual agenda ambiental global constituem-se como agentes centrais de poder no processo de governança para o desenvolvimento sustentável”.

Diante disso, os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram incorporados à lógica de mercado com expressões como economia verde¹, marketing verde² e ou-

1 Se refere a “[...] uma economia que leve ao aumento da riqueza, ofereça emprego decente, enfrente desigualdades e a pobreza persistente com sucesso, e reduza a escassez ecológica e riscos climáticos” (UNEP, 2010, p. 3 *apud* MISOCZKY e BÖHM, 2012, p. 555) ou ainda “economia de baixo carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva” (UNEP, 2011, p. 16 *apud* MISOCZKY e BÖHM, 2012, p. 556). Para Misoczky e Böhm (2012, p. 562) é um termo impreciso, pois, “são declarações vagas e falaciosas sobre o combate à pobreza e a geração de empregos”.

2 “[...] o marketing verde é definido como o desenvolvimento e a comercialização de produtos destinados a minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente” (LOPES e PACAGNAN, 2014, p. 118). Entretanto, o marketing verde serve para vender a imagem de empresas ecologicamente corretas.

tras denominações; se tornando parte dos discursos das grandes, médias e pequenas corporações, dos governos e das organizações do terceiro setor. De tal forma, o “[...] desenvolvimento sustentável é também ideologia, pois mascara e distorce o real ao fazer das suas ideias a versão dominante” e assim, “[...] seu compartilhamento como necessidade central nos discursos empresariais demonstra como a ideologia se impôs ante a reflexão permanente e contínua da realidade” (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012, p. 581).

Assim, à guisa de conclusão desta parte, observa-se a evolução e expansão do conceito de desenvolvimento sustentável, mas por outro lado, ele se torna um discurso que não corresponde com determinadas práticas das organizações. A situação da cadeia produtiva do agronegócio não foge a esse contexto, já que se desenvolve nos moldes do modelo capitalista e das suas contradições. Este trabalho não discute formas contra-hegemônicas de organização e assim, as considerações acima dizem respeito apenas às empresas, em caso contrário, será pontuado. Finalmente, cabe levantar que apesar dos inúmeros debates, artigos e livros produzidos sobre desenvolvimento sustentável, muitas discussões ainda são negligenciadas (LEFF, 2001; SACHS, 2004; OLIVEIRA, 2007; LINTON, KLASSEN e JAYARAMAN, 2007; MISOCZKY e BÖHM, 2012; VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012).

2.2 Responsabilidade Ambiental Empresarial

Inserido no escopo e paralelamente as discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, emergem também questões sobre responsabilidade social corporativa, responsabilidade socioambiental e o constructo responsabilidade ambiental empresarial. As discussões sobre estas temáticas remetem ao conceito de responsabilidade social como um compromisso das empresas com a sociedade (ORELLANO e QUIOTA, 2011) e que podem resultar na melhoria da qualidade de vida nos âmbitos ético, social e ambiental (CARROLL, 1999; TACHIZAWA, 2002; KUO, YEH e YU, 2012; RAHMAN e POST, 2012; ORO, RENNER e BRAUN, 2013).

Dessa forma, ao focar a questão ambiental, entende-se por responsabilidade ambiental empresarial as relações éticas e ambientalmente responsáveis das empresas para com o meio ambiente envolvendo fatores como educação ambiental, conscientização ecológica dos *stakeholders*, economia de recursos, reciclagem e reutilização de materiais, minimização dos impactos ambientais, preservação e proteção dos recursos naturais (ETHOS, 2009; ALCÂNTARA et al., 2010a; ALCÂNTARA et al., 2010b; ALCÂNTARA et al., 2011). Assim, Alcântara et al. (2011) com base na literatura destacam atitudes como reduzir a geração de resíduos, reduzir gastos com recursos naturais, reutilizar e reciclar, implantar programas de educação ambiental e disseminar princípios do desenvolvimento sustentável como ações empresariais de responsabilidade ambiental. Cabe frisar que este comportamento deveria ir além da busca por retornos econômicos e financeiros e ter uma dimensão ética-moral (CARROLL, 1999), pois, as ações de responsabilidade social beneficiam também a imagem da empresa perante os olhos do público (ALVES, 2003; FARIA e ANDRADE, 2013; MILANI et al., 2013). E, portanto, caminha também na direção da economia verde e do marketing verde, isto é, utilizar estrategicamente a responsabilidade social e ambiental para aferir maiores rendimentos e melhorar a imagem da empresa.

Neste contexto, Kraemer (2000) aponta que as empresas deverão incorporar a variável ambiental nas suas atividades, e, Campos et al., (2009) afirmam que a inserção desta variável tem sido um processo contínuo, pois, apresenta benefícios para as empresas. Entretanto, como afirmam Soares e Valadão Júnior (2007), isso não significa necessariamente que estas empresas se ‘importam’ realmente com o meio ambiente, pois, pode ser mais uma de suas estratégias merca-

dológicas. Assim, destaca-se também o caráter ideológico da responsabilidade social e ambiental empresarial, conforme discussão realizada para o conceito de desenvolvimento sustentável.

Dentro desse debate, Felix (2004) trata, em especial, dos ganhos que são proporcionados pelo chamado marketing ambiental/verde e afirma que empresas que mostram posturas ambientalmente responsáveis passam a ter uma imagem mais positiva e assim, acabam por conquistar preferência de compra por parcela dos clientes. Dentro de um escopo maior, Coral, Rossetto e Selig (2003) constataram que a utilização de estratégias ambientais e sociais pode levar ao aumento da competitividade das empresas. Da mesma forma, Orellano e Quiota (2011) concluíram que existe correlação positiva entre investimento socioambiental e desempenho financeiro. Lioui e Sharma (2012) também discute a relação entre responsabilidade socioambiental e desempenho financeiro. Na mesma direção, os trabalhos de Benites e Polo (2013) e Souza, Casotti e Lemme (2013) indicam os benefícios e ganhos das empresas com a sustentabilidade e com a responsabilidade social.

Especificamente, sobre a responsabilidade ambiental empresarial, o trabalho de Alcântara et al., (2010a) discutiu quatro dimensões, ‘compromisso com a melhoria da qualidade de vida’, ‘educação e conscientização ambiental’, ‘gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente’ e ‘minimização de entradas e saídas’. Ao proceder com classificação das empresas analisadas encontrou 30% em situação ‘muito favorável’, 30% ‘favorável’, 28% ‘pouco favorável’ e 12% em situação ‘precária’, no quesito nível de responsabilidade ambiental das empresas. Os autores destacam a preocupação das empresas apenas com as aparências, isto é, se mostrarem sustentáveis para o público e que o foco da qualidade ambiental é obter certificação (ALCÂNTARA et al., 2010a).

Assim, com base em Soares e Valadão Junior (2007), Alcântara et al., (2010a, p. 16) afirmam que existe o que as “[...] ações trazem de aparente e o que elas escondem”. Este argumento vai ao encontro à colocação de Ventura (2003, p. 4): “[...] em muitos casos, as organizações lançam-se no discurso da responsabilidade social sem ao menos questionar o que isto significa e sem, verdadeiramente, produzir mudanças reais em suas ações, mas buscando ‘estampar’”. No mesmo norte, Alcântara et al., (2010b, p. 72) destacam que “[...] as empresas têm propensão a realizar atividades e ações que estão em consonância à legalidade, e que possam assim serem vistas por seus clientes e investidores” e ainda “[...] não buscam internalizar o sentido do desenvolvimento sustentável [em um sentido amplo e não restrito às estratégias mercadológicas] em sua cultura organizacional” (ALCÂNTARA et al., 2011, p. 1).

Destaca-se por fim, neste artigo, a importância de indicadores de mensuração do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental.

A concepção de indicadores de sustentabilidade emerge nesse plano como suportes fundamentais para a atividade de mensurar, possibilitando que as escolhas políticas movam-se em direção à sustentabilidade, pela criação de conexões entre o atual estágio de desenvolvimento e o estado de sustentável no futuro (MARTINS e CÂNDIDO, 2012, p. 6).

Segundo expõem Hanai e Espíndola (2011), os indicadores são importantes para avaliar se está ocorrendo progresso rumo a um desenvolvimento que seja realmente sustentável. Existem diversos modelos de avaliação a nível local, regional, nacional e global envolvendo diferentes indicadores e critérios. Na literatura encontra-se, por exemplo: *Dashboard* de Sustentabilidade, Barômetro de Sustentabilidade, *Global Reporting Initiative*, Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, Índice *Triple Bottom Line*, Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, Pegada Ecológica e outros (DELAI e TAKAHASHI, 2008; VEIGA, 2010; HANAI e ESPÍNDOLA, 2011). Cita-se também os desenvolvidos em trabalhos nacionais como o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Loca-

lidades (MARTINS e CÂNDIDO, 2012), Sustentabilidade Corporativa (DELAI e TAKAHASHI, 2008), Índice de Desenvolvimento Sustentável Local (MACÊDO e CÂNDIDO, 2011) e ainda os indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. No mais, debates sobre indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável podem ser vistos em Siena (2008) e Veiga (2010).

Diante desta gama de indicadores, o presente modelo proposto se diferencia (da maioria dos indicadores existentes) por pautar-se na percepção dos gestores, administradores e sócios das empresas e não em índices econômicos, financeiros, ambientais ou sociais oriundos de fontes secundárias como os que foram referenciados na revisão de literatura apresentada. Dessa forma, possibilita trabalhar com uma dimensão da responsabilidade ambiental empresarial que não seja apenas aquela dos ganhos de rentabilidade, competitividade e imagem.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta etapa, apresenta-se brevemente a delimitação, o tipo, a natureza da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados. Em termos de paradigmas, este trabalho desenvolve-se dentro do paradigma estrutural do consenso (JONES, 1993; ALENCAR, 2007) ou na visão de Burrell e Morgan (1979) no paradigma organizacional funcionalista, que se pautam pela objetividade, na utilização de índices e métodos estatísticos para explicar uma realidade. No entanto, afirma-se que esta pesquisa não despreza a possibilidade de realizar uma análise crítica sobre os resultados quantitativos e assim, poder contribuir também para discutir os aspectos limitantes dos conceitos e das práticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental empresarial a partir de dados empíricos.

3.1 Delimitação, tipo e natureza da pesquisa

A presente pesquisa está delimitada ao universo das empresas do setor de agronegócio localizadas na região do Alto Paranaíba - MG (formada por 31 municípios). A unidade de amostragem (BABBI, 1999) foram as empresas deste setor. O processo de amostragem foi por conveniência (MALHOTRA, 2006; GIL, 2007), sendo selecionadas empresas da zona rural e urbana da região. A opção pela amostragem por conveniência foi em decorrência da viabilidade de acesso as empresas e custos (MALHOTRA, 2006; ALENCAR, 2007; GIL, 2007, NEDER, 2008), sendo coerente com uma pesquisa exploratória, como está se define. Compuseram a amostra 62 empresas de sete municípios diferentes, a saber: Carmo do Paranaíba (12,9% das empresas), São Gotardo (40,3%), Rio Paranaíba (11,3%), Santa Rosa da Serra (3,2%), Lagoa Formosa (6,5%), Patrocínio (21,0%) e Iraí de Minas (4,8%). Adiante, considera-se que esta amostra atende aos critérios mínimos para realização da análise fatorial (BEZERRA, 2009).

A pesquisa é identificada como quantitativa e exploratória (GIL, 2007). Segundo Gil (2007) e Lakatos e Marconi (2007) a abordagem quantitativa prioriza o uso de técnicas estatísticas e a (tentativa de uma) relação objetiva do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. A pesquisa é exploratória por ser um estudo cujo propósito é de familiarizar-se com o fenômeno (THEODORSON e THEODORSON, 1970; GIL, 2007), apresentar a estrutura fatorial e discussões do modelo de medida que poderá ser usado em outras pesquisas.

3.2 Coleta dos dados

Os dados primários foram coletados através de questionário³ com questões abertas e fechadas e escala (modelo de mensuração proposto) construídos com base em Mendonça (2002), Verdolin e Alves (2005), Salomão (2007) e Ethos (2009). A escala foi composta por 28 afirmativas com forma de avaliação de cinco pontos. O questionário foi composto por 16 questões referentes aos dados gerais das empresas (perfil das empresas) e 12 referentes ao comportamento da empresa em relação ao meio ambiente (questões socioambientais). O questionário e a escala foram aplicados com administradores, gerentes e sócios das empresas.

Neste trabalho, o modelo de medida por opção metodológica não considerou as facetas ideológicas do desenvolvimento sustentável e a da responsabilidade ambiental empresarial, em decorrência da complexidade de considerar essas dimensões na escala. Não obstante, os resultados apresentados pelo modelo permitem traçar discussões críticas sobre essas questões.

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados por questionários foram apresentados e discutidos utilizando de análise de frequência (estatística descritiva). Para análise da escala procedeu-se com a utilização do coeficiente α de Cronbach, análise fatorial (análise multivariada), análise de média das dimensões e cálculo do Índice Geral de Responsabilidade Ambiental Empresarial. Discute-se brevemente a seguir sobre estas técnicas.

A análise fatorial é uma técnica utilizada (essencialmente) para redução e sumarização de dados em pesquisas que trabalham com grande número de variáveis correlacionadas. A técnica identifica poucos fatores subjacentes que explicam as correlações entre um conjunto de variáveis (HAIR JUNIOR et al., 2005; BEZERRA, 2009). Em geral, para Manly (2008), é utilizada para facilitar a interpretação através da descoberta de relacionamentos não suspeitos previamente. Adicionalmente, nesta pesquisa, foi utilizado como método de extração o dos componentes principais. Para proceder com a análise fatorial é necessário testar as comunidades, correlações, adequação dos dados, poder de explicação e número de fatores.

No que tange as comunidades elas são índices atribuídos às variáveis originais que expressam, em termos percentuais, o quanto da variabilidade de cada variável é explicada pelo modelo de análise fatorial. Assim, deve-se avaliar se as comunidades atendem aos níveis de explicação - neste trabalho o valor de 0,50 (BEZERRA, 2009). Para a realização da análise fatorial faz-se necessário que exista relação entre as variáveis. Neste trabalho utilizou-se a matriz de correlações e, dessa forma, realizou-se o Teste de Esfericidade de *Bartlett* que testa a hipótese de nulidade de que a matriz de correlação é uma matriz identidade, indicando assim, que não há correlação entre as variáveis. Para a análise fatorial é preciso rejeitar a hipótese nula (MINGOTI, 2005; BEZERRA, 2009).

Por sua vez, o Teste KMO (*Kaiser-Meyers-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) é utilizado para testar a adequação dos dados à análise fatorial. Esse retorna um índice entre 0 e 1 que pode ser interpretado em níveis de adequação e considera-se que valores superiores a 0,90 representam um nível de adequação excelente (MINGOTI, 2005).

Um dos desafios da análise fatorial é determinar o número de fatores a serem extraídos e, para isso, pode-se recorrer basicamente a três métodos: Critério de Kaiser, Critério da porcentagem da variância explicada e *Scree test*. O Critério de Kaiser consiste na eliminação dos fatores que apresentem os respectivos autovalores inferiores a uma unidade (MINGOTI, 2005). Pelo Critério da porcentagem da variância explicada o número de fatores é determinado de modo que explique uma

³ Algumas empresas não se dispuseram a participar da pesquisa - devido a isso não foram contabilizadas na amostra de 62 empresas.

porcentagem pré-definida da variabilidade global - é comum usar como corte 50% (HAIR JUNIOR et al., 2005). E por fim, pelo Critério *Scree test*, seleciona-se o número de fatores que incrementam, de forma significativa, a variabilidade total (BEZERRA, 2009). Aqui, utilizou-se do Critério de Kaiser.

Na maioria dos casos, para que as cargas fatoriais sejam significativas pode-se utilizar de rotação. Neste trabalho foi utilizado o método de rotação ortogonal denominado *varimax*. Ribas e Vieira (2011, p. 42) explicam que o “procedimento de rotação varimax distribui as cargas das variáveis por fatores de tal sorte que são eliminadas as cargas intermediárias, possibilitando perceber claramente, qual o fator onde a carga da variável é mais elevada”. Após a rotação, o padrão fatorial se torna mais fácil de interpretar (MINGOTI, 2005).

Para testar a confiabilidade da escala foi utilizado o coeficiente α de Cronbach que é a estatística mais usada como indicador da consistência interna. O α mede o grau de covariância de uma série de itens e varia de 0 a 1 e, quanto mais elevada a contagem, maior a confiabilidade da escala (BARBETTA, 2003). De forma geral, valores superiores a 0,60 são considerados satisfatórios, mostrando que os dados são confiáveis e o modelo tem boa qualidade para interpretação (CRONBACH, 1996).

Por fim, para o cálculo do Índice Geral de Responsabilidade Ambiental Empresarial foi utilizado uma adaptação do modelo de Macêdo e Cândido (2011) e por este a variação do índice é de 0 (mínimo) a 1 (máximo). E considera as seguintes faixas: 0,0000 a 0,2500 - estado crítico (aqui em relação a responsabilidade ambiental empresarial); 0,2501 a 0,5000 - situação de alerta; 0,5001 a 0,7500 - situação aceitável e 0,7501 a 1,0000 - situação ideal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, apresenta-se o perfil das empresas e questões socioambientais, em seguida, a confiabilidade interna do modelo, análise de correlações e, por fim, as dimensões da responsabilidade ambiental empresarial e discussões.

4.1 Perfil das empresas e questões socioambientais

Em relação às atividades desenvolvidas, observa-se que 51,67% é produção agropecuária, 45,00% comercialização de bens e/ou insumos e 3,33% processamento e/ou distribuição de produtos. Os principais produtos agrícolas são café, cenoura, alho, batata, milho e soja. No que tange a prestação de serviços, destacam-se a assessoria, assistência técnica e análises fitossanitárias. Os principais produtos comercializados são adubos, fertilizantes, agrotóxicos e ferramentas. Referente ao processamento e/ou distribuição, destaca-se o leite e variados tipos de rações.

A maior parte das empresas amostradas exerce sua atividade a menos de 8 anos (40%), 30% delas de 9 a 15 anos e 30% a mais de 15 anos, destas, quatro atuam no mercado a mais de 35 anos. Quanto ao número de funcionários contratados, destaca-se que 54% das empresas possuem menos de 10 funcionários, 26% de 10 a 50 e 20% mais de 50 funcionários.

Dos respondentes, 90% afirmaram estarem familiarizados com o tema responsabilidade ambiental e 10% afirmaram que não. A Tabela 1 apresenta uma síntese das questões socioambientais, segundo dados do questionário.

Tabela 1 - Questões socioambientais (percepção dos respondentes)

Questões	Sim	Não
Participação em programas ou políticas públicas (meio ambiente)	37%	63%
Participação em comitês ou conselhos (meio ambiente)	40%	60%
Existência de código de ética (que destaca questões ambientais)	59%	41%
Participação em projeto ou programa de proteção ao meio ambiente	58%	42%
Reconhecimento dos retornos financeiros das ações socioambientais	46%	54%
Ganhou prêmio ou menção por atividade sustentável	05%	95%
Reconhecimento de impactos negativos ao meio ambiente	05%	95%
Certificação ambiental	21%	79%
Multa ou outra sanção jurídica (relativo ao meio ambiente)	16%	84%
Separação dos resíduos das atividades	57%	43%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apenas 37% das empresas participam de algum programa ou política pública voltada para a responsabilidade ambiental empresarial, como o Educampo (programa de iniciativa do Sebrae) e programas de certificação agrícola. No que tange a participação em projeto ou programa de proteção ao meio ambiente, (58%) foram destacados: cafeicultura sustentável, boas práticas ambientais, conselho das associações dos cafeicultores do cerrado, conselho municipal de desenvolvimento regional sustentável, projeto recebimento de embalagens vazias (logística reversa) e programa de conscientização para o uso dos recursos naturais.

Sobre prêmio ou menção (5% - 2 empresas), destaca-se: certificação por ser empresa responsável e mérito fitossanitário. Sobre multa ou outra sanção jurídica (16%), observa-se que os motivos foram agressão ao meio ambiente, ausência de licenciamento ambiental, ausência de outorga do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) e queimadas. Em relação à certificação ambiental, 21% das empresas apresentavam, sendo elas: ISO 14.000, Certificação de armazéns, ISO 9.001, Licença ambiental e *Rainforest Alliance*. Sobre reconhecimento dos impactos ambientais negativos, 5% das empresas citaram erosão do solo. No que tange a investimento, 46% afirmaram que existem retornos financeiros das ações socioambientais. Observa-se, por fim, que 32,14% alegaram que não investiram em ações de responsabilidade socioambientais.

Em suma, observa-se que apesar da maioria, 90% dos entrevistados, relataram familiaridade com o tema responsabilidade ambiental, evidencia-se que 95% das empresas negligenciaram que suas atividades causam impactos ambientais. Talvez esta questão vá ao encontro das ponderações de Soares e Valadão Júnior (2007), quando os autores ponderam que a incorporação do discurso ambiental não necessariamente revela que as empresas se ‘importem’ como o meio ambiente. A este respeito, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) discorreram sobre incorporação da ideologia do desenvolvimento sustentável na lógica empresarial sem necessariamente refletir sobre a realidade da organização, pois, no dia a dia suas práticas não caminham nesta direção.

4.2 Confiabilidade interna do modelo e análise de correlações

Os resultados alcançados neste tópico revelam que a escala utilizada possui um alto valor de confiabilidade (0,956). Em relação ao coeficiente Alfa de Cronbach - *se um item deletado*, observou-se que não houve a necessidade de excluir nenhuma variável da escala, já que não haveria aumento significativo da confiabilidade. Assim, a escala possui capacidade de mensurar o nível de responsabilidade ambiental empresarial (HAIR JUNIOR et al., 2005; MALHOTRA, 2006). Adiante, a maioria das variáveis apresentou forte correlação entre si e significativas ao nível de

5%. Isso permite visualizar a possibilidade da realização da análise fatorial. No mais, todas as correlações item-total foram superiores a 0,49 e dessa forma, nenhum dos itens foi excluído da versão final.

4.3 Dimensões da responsabilidade ambiental empresarial

O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) apresentou o valor de 0,851, de forma que os dados possuem ‘adequação ótima’ (MINGOTI, 2005) para realização da análise fatorial. O Teste de Esfericidade de Bartlett foi significativo ao nível de 1% de probabilidade e, assim, rejeita-se a hipótese de que não existem correlações entre as variáveis. Para determinar o número de fatores, recorreu-se ao Critério de Kaiser e por consequência foram extraídos 5 fatores que explicam 69,83% da variância total. Com a rotação *varimax* as cargas fatoriais foram redistribuídas. Em relação às comunalidades, todas as variáveis da escala apresentaram valor aceitável em estudos exploratórios - a menor foi 0,50. Os cinco fatores extraídos foram denominados de: Comprometimento e atividade ambiental (COMAMB), Gerenciamento dos impactos ambientais (GIMA), Educação e conscientização ambiental (ECAM), Envolvimento com *stakeholders* (ENVOLV) e Economia de recursos (ECON), conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Cargas fatoriais e médias das dimensões da responsabilidade ambiental empresarial

Variáveis e fatores	Carga	Média
Fator 1: Comprometimento e atividade Ambiental – COMAMB	3,20	
A empresa possui programas/ações internas de proteção do meio ambiente.	0,71	3,29
A empresa procura participar de eventos/congressos que tratem do tema meio ambiente.	0,71	3,08
A questão ambiental está presente no planejamento estratégico da empresa.	0,62	3,55
A empresa desenvolve campanhas de conscientização e educação ambiental dirigidas a familiares de funcionários, fornecedores, consumidores, clientes e à comunidade.	0,57	2,98
A empresa possui processos para medir e monitorar periodicamente os aspectos ambientais significativos relacionados ao consumo de recursos naturais e à produção de resíduos.	0,73	2,79
A empresa investe em projetos de proteção ao meio ambiente.	0,61	2,98
A empresa possui política explícita de não utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, animais, etc.).	0,55	3,76
A empresa dispõe de processos para mapeamento e melhoria da qualidade ambiental.	0,68	2,98
A empresa desenvolve campanhas, apoia ou participa de projetos educacionais em parceria com organizações não governamentais e ambientalistas.	0,84	3,00
A empresa avalia os impactos de suas atividades e de seus produtos ou serviços sobre o meio ambiente.	0,48	3,11
A empresa desenvolve regularmente, com seus funcionários, campanhas educativas ou de incentivos sobre temas ambientais.	0,51	3,76
Fator 2: Gerenciamento dos impactos ambientais – GIMA	4,13	
A empresa apoia ações voltadas para a proteção ou qualidade do meio ambiente.	0,57	4,16
A empresa cumpre todas as exigências legais no que tange as normas ambientais.	0,75	4,44
No caso de ocorrer danos ambientais a empresa atua para corrigi-los.	0,64	4,50
A empresa procura reduzir a produção de resíduos (sólidos, líquidos, orgânicos, etc.).	0,50	3,73
A empresa procura utilizar produtos advindos de atividades que não prejudiquem o meio ambiente.	0,76	3,87
A empresa procura reduzir o uso de produtos tóxicos e de matérias-primas nocivas ao meio ambiente.	0,55	3,94
A empresa procura destinar seus resíduos (sólidos, líquidos, orgânicos, etc.) de forma a não agredir o meio ambiente.	0,64	4,27

Fator 3: Educação e conscientização ambiental – ECAM		3,52
Ao desenvolver um novo negócio a empresa leva em conta os danos ambientais que a mesma possa causar.	0,63	4,00
A empresa desenvolve periodicamente campanhas internas de redução do consumo de água e de energia.	0,61	3,53
A empresa desenvolve periodicamente campanhas junto aos seus funcionários para incentivar a reciclagem.	0,65	3,26
A empresa desenvolve periodicamente campanhas internas de educação para o consumo consciente.	0,60	2,97
A política ambiental da empresa é de conhecimento de todos os funcionários.	0,49	3,84
Fator 4: Envolvimento com stakeholders – ENVOLV		3,69
A empresa fornece aos consumidores e clientes informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes do uso e da destinação final de seus produtos.	0,83	3,69
A empresa discute com funcionários, consumidores, clientes, fornecedores e a comunidade os impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços.	0,72	3,44
A empresa prioriza comprar de fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental.	0,68	3,95
Fator 5: Economia de Recursos – ECON		4,23
A empresa procura economizar no gasto com energia elétrica.	0,89	4,27
A empresa procura economizar no gasto com água.	0,87	4,18

Fonte: Elaborado pelos autores.

A dimensão ‘Comprometimento e atividade ambiental’ (COMAMB) engloba as questões que avaliam se a empresa é comprometida com o meio ambiente tratando da temática no seu planejamento estratégico, realizando campanhas, participando de eventos e congressos na área e, ainda, se possui políticas definidas de proteção ao meio ambiente. Avalia também a atividade ambiental (ALCÂNTARA et al., 2010b), isto é, se a empresa possui programas específicos de proteção ao meio ambiente, se realiza mapeamento da qualidade ambiental, se investe em projetos de proteção do meio ambiente e outras ações que demonstram sua atividade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável (ETHOS, 2009; ALCÂNTARA et al., 2010a).

A dimensão ‘Gerenciamento dos impactos ambientais’ (GIMA) diz respeito se a empresa busca gerenciar os impactos ambientais causados pela sua atividade por meio da correção dos danos ambientais e redução de resíduos, se procura utilizar produtos advindos de atividades que não impactam no meio ambiente, assim como, reduzir o uso de produtos tóxicos (ETHOS, 2009; ALCÂNTARA et al., 2010a). A dimensão ‘Educação e conscientização ambiental’ (ECAM) se refere às ações de educação e conscientização ambiental desenvolvidas pela empresa e, assim, mensura se ela desenvolve campanhas de redução do consumo e de incentivo à reciclagem, se divulga sua política ambiental aos seus funcionários, em geral, ações que possam tornar os seus stakeholders mais atentos (conscientes) à questão ambiental (ALCÂNTARA et al., 2010a).

O ‘Envolvimento com stakeholders’ (ENVOLV) avalia o nível de envolvimento da empresa com suas partes interessadas no que tange aos temas sustentabilidade, meio ambiente e outros correlatos. Assim, busca verificar se a empresa procura comprar de fornecedores com ‘boa conduta’ ambiental, se fornece informações dos danos ambientais e, ainda, se discute com funcionários, consumidores, clientes, fornecedores e a comunidade os impactos ambientais causados por seus produtos e/ou serviços (ETHOS, 2009; ALCÂNTARA et al., 2011). E por fim, a dimensão ‘Economia de recursos’ (ECON) analisa se a empresa procura economizar energia elétrica e água em suas atividades - essa dimensão se relaciona diretamente com aspectos econômicos da sustentabilidade (ALCÂNTARA et al., 2010a).

No geral, as maiores médias foram obtidas pelas dimensões ‘Economia de recursos’ (4,23) e ‘Gerenciamento dos impactos ambientais’ (4,13) e as menores por ‘Comprometimento e atividade ambiental’ (3,20) e ‘Educação e conscientização ambiental’ (3,52). A média da dimensão ‘Envolvimento com stakeholders’ foi 3,69.

Pela análise das médias das dimensões e dos itens, observa-se que as empresas analisadas não se preocupam efetivamente com a educação e conscientização ambiental e nem realizam, em geral, atividades voltadas para a responsabilidade ambiental empresarial, se mostrando, dessa forma, com baixo comprometimento com o meio ambiente, corroborando com as discussões de Soares e Valadão Júnior (2007) e Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012).

As empresas buscam manter um gerenciamento eficiente de seus impactos e ainda envolvem com suas *partes interessadas* questões relativas ao meio ambiente. Pelo fato de apresentarem altos valores para as dimensões ‘Economia de Recursos’ e ‘Gerenciamento dos impactos ambientais’ discute-se que as empresas parecem realizar as ações, os programas e as atitudes ambientais com o objetivo de evitar conflitos com órgãos ambientais e reduzir custos da empresa, seja com recursos naturais ou com possíveis problemas com a legislação (multas, a exemplo). E também, ao envolver seus *stakeholders*, as empresas estratégicamente estão realizando economia verde e marketing verde de suas atividades conforme discussões vistas em Misoczky e Böhm (2012) e Lopes e Pacagnan (2014). As discussões desse parágrafo são corroboradas pelo fato que as mais altas médias são encontradas nas afirmativas “*No caso de ocorrer danos ambientais a empresa atua para corrigi-los*” e “*A empresa cumpre todas as exigências legais no que tange as normas ambientais*” e as mais baixas em: “*A empresa desenvolve periodicamente campanhas internas de educação para o consumo consciente*” e “*A empresa possui processo para medir e monitorar periodicamente os aspectos ambientais significativos relacionados ao consumo de recursos naturais e à produção de resíduos*”.

Turano, Cherman e Franca (2014) destacam também as lacunas entre o discurso e prática da sustentabilidade nas organizações. Alcântara et al. (2010a) relatam que o conceito de responsabilidade ambiental apareceu na pesquisa realizada por eles como relacionado a diversas práticas ambientalmente e eticamente responsáveis, envolvendo consciência ambiental, responsabilidade, equilíbrio, cuidado e preservação, mas para alguns apareceu como apenas reduzir impactos ao meio ambiente, adotar medidas compensatórias e “atitudes que levam em conta o crescimento econômico ajustado a proteção do meio ambiente” (ALCÂNTARA et al., 2010a, p. 12).

Misoczky e Böhm (2012) e Guimarães e Fontoura (2012) discutem que as empresas acabam usando do capitalismo verde na busca por maximizar seu lucro e minimizar seus prejuízos, sejam financeiros ou da imagem para com os investidores, consumidores, fornecedores e outras partes envolvidas. Assim, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental empresarial se tornam estratégias para as empresas - pautada por uma racionalidade utilitarista (lucro, retorno ou riqueza) ou em termos de Habermas (1987), uma racionalidade estratégica. Dessa maneira, os resultados indicam a predominância da racionalidade utilitarista/econômica em detrimento da racionalidade ambiental (LEFF, 2001) ou qualquer outra expressão ética em relação ao meio ambiente. E assim, continua a investida do capital sobre a natureza (SMITH, 1984).

Por fim, destaca-se que o Índice Geral de Responsabilidade Ambiental Empresarial apresentou valor de 0,6885. Segundo interpretação baseada em Macêdo e Cândido (2011) representa uma situação ‘aceitável’. No entanto, como discutido, isso levanta uma série de debates de como a responsabilidade ambiental empresarial está sendo utilizada pelas empresas. Reitera-se, com base em Soares e Valadão Junior (2007), que as empresas utilizam o ambientalmente sustentável ou responsável como fator de legitimidade perante a sociedade e para vender mais, existindo,

então, uma ‘face oculta’ difícil de ser revelada pelos indicadores de sustentabilidade pautados em valor de mercado, ações sustentáveis ou investimento socioambiental. Dessa forma, o presente modelo que se pautou na percepção dos respondentes permite maior aprofundamento das discussões.

Percebe-se também que a participação e o envolvimento são incentivados apenas como estratégia empresarial. Caminhando para além dessa concepção, é importante para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental empresarial a participação dos diversos atores envolvidos, tanto dentro das empresas, como também do Estado e da sociedade civil - e cotidianamente, não apenas no quadro das grandes conferências internacionais (PESQUEUX e VASCONCELOS, 2013). Pois, é preciso que exista espaços públicos na gestão ambiental compartilhada (JACOBI, 2003).

Dessa forma, a tomada de decisão precisa se direcionar para novas formas de pensar as relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Estas formas são bastante discutidas por Sachs (1986) e Capra (2006). No mesmo sentido, Ramos (1981) e próximo às concepções de Capra (BOEIRA, 2002), também critica a relação instrumental para com o meio ambiente e o desenvolvimento. Pois, “apesar dos diversos problemas ambientais atuais, a natureza continua a ser vista, predominantemente, como uma simples fonte de recursos ou um local de depósito de resíduos das atividades humanas” (SILVA, 2014, p. 36).

Destaca-se, por fim, que as dimensões (Comprometimento e atividade ambiental; Gerenciamento dos impactos ambientais; Educação e conscientização ambiental; Envolvimento com *stakeholders* e Economia de recursos) interconectam o conceito de responsabilidade social corporativa ao conceito de desenvolvimento sustentável no que se refere a sua face ambiental (responsabilidade ambiental empresarial), vínculos estes debatidos por Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012), ao afirmar, que ambos devem caminhar para uma dimensão aquém de somente ações estratégicas. Com isso, novamente aparece à importância da participação dos envolvidos para que as ideias e práticas da responsabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável ultrapassem sua visão antropocêntrica e instrumental. Por isso, novos caminhos são necessários na direção de conceitos politizados de desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e responsabilidade ambiental, “[...] transcendendo uma visão econômica, [...] voltadas à criação de valor para as empresas no longo prazo” (VASCONCELOS, ALVES e PESQUEUX, 2012, p. 150-151).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou apresentar o desenvolvimento, validação e aplicação de um modelo de avaliação da responsabilidade ambiental empresarial adequado para a cadeia produtiva do agronegócio. A confiabilidade interna do modelo foi elevada e a análise fatorial extraiu cinco fatores (dimensões): ‘Comprometimento e atividade ambiental’, ‘Gerenciamento dos impactos ambientais’, ‘Educação e conscientização ambiental’, ‘Envolvimento com *stakeholders*’ e ‘Economia de recursos’. O índice geral de responsabilidade ambiental empresarial apresentou valor de 0,6885, classificado estatisticamente como ‘aceitável’.

No entanto, observou-se que as empresas analisadas, em média, não se preocupam com a educação e conscientização ambiental e nem realizam atividades voltadas para sustentabilidade ambiental, se apresentando, assim, com baixo comprometimento com o meio ambiente. Por outro lado, as mesmas buscam manter um excelente gerenciamento de seus impactos e ainda envolvem tais temáticas com suas partes interessadas realizando economia verde e marketing verde de suas atividades. A responsabilidade ambiental empresarial apresenta-se como es-

tratégica para as empresas e não uma preocupação de fato. Além de apresentar o modelo de avaliação, o presente trabalho visou contribuir para as discussões sobre as diversas facetas do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental.

Os resultados indicam que para se pensar e aplicar em suas atividades a noção de desenvolvimento sustentável é condição necessária o envolvimento de toda a organização e que as ações sejam pautadas por uma racionalidade que leve em consideração valores (o desenvolvimento sustentável como um princípio ético-normativo) e a construção comunicativa das práticas de responsabilidade ambiental (VASCONCELOS, ALVES e PESQUEUX, 2012). Na realidade, segundo análise de Ventura (2003), as empresas acabam por perpetuar o capitalismo com suas estratégias ambientais e é nessa direção que Soares e Valadão Junior (2007) afirmam que a responsabilidade socioambiental é usada como estratégia de legitimidade, controle e retorno financeiro. Percebe-se que se faz necessário discutir os próprios conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental empresarial, as suas visões antropocêntricas e os seus discursos (FAUCHEUX, FROGER e NOEL, 1995; GUIMARÃES e FONTOURA, 2012; MISOCZKY e BÖHM, 2012; ROMEIRO, 2012). Com isso, existem limites para a própria noção de práticas 'sustentáveis'.

Além disso, como limitações da pesquisa, destacam-se o tamanho da amostra e que ela deveria abranger todos os 31 municípios da região, o que possibilitaria a validação de uma escala adaptada a realidade regional da cadeia produtiva do agronegócio. Dessa forma, seria possível realizar análise de agrupamento e apresentar mapa por diferente nível de responsabilidade ambiental empresarial (alto, médio e baixo, por exemplo), o que fica como proposta para pesquisas futuras. Outro direcionamento de pesquisa quantitativa é a possibilidade de validar o modelo de medida através da utilização de outras técnicas estatísticas, tal qual o modelo de equações estruturais (análise confirmatória da escala e suas dimensões). Ainda tem-se a possibilidade da elaboração de um índice de responsabilidade ambiental empresarial que possa servir de comparação entre empresas e setores na busca por uma gestão, produção e comercialização mais sustentável - este índice deve levar em consideração a percepção dos membros da empresa e dos *stakeholders*. Deve se pensar ainda na ampliação da pesquisa para outras organizações, e que as análises possam envolver outras dimensões da sustentabilidade como as apresentadas por Sachs (2004) - neste trabalho o foco foi sobre a face ambiental.

Em termos de pesquisas qualitativas indica-se a abordagem da análise de discurso crítica no intuito de analisar as condições de produção, distribuição, consumo e as práticas sociais referentes aos discursos sobre desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental empresarial. Essa abordagem pode possibilitar acesso e crítica aos conceitos hegemônicos e ideológicos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental.

Deve-se considerar também como crítica, que os instrumentos de medida da eficiência dos investimentos socioambientais e da própria responsabilidade ambiental pautam-se por uma lógica instrumental (MISOCZKY e BÖHM, 2012). Segundo Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), os estudos sobre desenvolvimento sustentável estão baseados na ciência tradicional e positivista, e assim, "em virtude dessa lógica, a racionalidade predominante sobre o desenvolvimento sustentável ampara-se em uma epistemologia baseada em um pragmatismo de foco utilitarista" (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012, p. 580). Este trabalho assumiu seu viés funcionalista, no entanto, procurou levantar discussões que fossem além de um 'fetiche dos números' - termo usado em Mattos (2004). Com isso, para Boeira (2002), os trabalhos de Guerreiro Ramos e Fritjof Capra destacam que os debates sobre o meio ambiente envolvem também posições epistemológicas.

Diante de todas estas discussões, é necessário pensar novas formas de estudar o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental empresarial. É preciso, ainda, diminuir a

distância entre o discurso e ação (no que se refere ao desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental) e ainda criticar o *esclarecimento* (e seus conceitos hegemônicos) que se tem sobre a relação meio ambiente e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, V. C.; ANDRADE, L. F. S.; DOMINGOS, A. B. M.; MENEZES, R. S. M. ; TEODORO, S. A. S. Proposta de um instrumento de medida do construto responsabilidade ambiental empresarial do agronegócio na região do Alto Paranaíba, MG. *In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2010, Anais...* Lavras: ENAPEGS, 2010a.
- ALCÂNTARA, V. C.; SILVA, E. A.; SILVA, F. F.; DOMINGOS, A. B. M.; SILVA, N. N. Utilização da análise fatorial na identificação de dimensões da responsabilidade ambiental empresarial. *Revista ADMpg*, v. 3, p. 65-73, 2010b.
- ALCÂNTARA, V. C.; TEODORO, S. A. S.; SILVA, E. A.; ALVES, M. S. A.; REIS, P. C. Adaptação e validação de um instrumento de mensuração da responsabilidade ambiental empresarial da cadeia produtiva do agronegócio. *In: 49 CONGRESSO DA SOBER, 2011, Anais...* Belo Horizonte: SOBER, 2011.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA, 2007.
- ALVES, E. A. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *RAUSP - Revista de Administração*, v. 38, p. 37-45, 2003.
- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2003.
- BATALHA, M. O. **Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro**. Brasília: CNPq, 2000.
- BENITES L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do triple bottom line na Masisa. *Revista de Administração da UFSM*, v. 6, p. 827-841, 2013.
- BEZERRA, F. A. Análise fatorial. *In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOEIRA, S. L. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, p. 85-105, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 de out. de 2013.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CAMPOS, E. M.; OLIVEIRA, C. E.; SÁ, L. S. R.; SILVA FILHO, J. A. Responsabilidade social e consciência ambiental: um estudo de caso na Cajuína São Geraldo. *In: III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2009, Anais...* JuazeiroBA – Petrolina/PE: ENAPEGS, 2009.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility evolution of a definitional construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CORAL, E.; ROSSETTO, C. R.; SELIG, P.

- M. Planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial: uma proposta para convergência das estratégias econômicas, ambientais e sociais. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Anais...* Atibaia: ANPAD, 2003.
- CRONBACH, L. J. **Fundamentos da testagem psicológica.** 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, p. 19-40, 2008.
- EHLERS, E. M. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- ETHOS. Instituto Ethos. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial.** São Paulo, 2009.
- FARIAS, L. G. Q.; ANDRADE, J. C. S. Respostas anunciadas pelas empresas brasileiras participantes do Carbon Disclosure Project para economia de baixo carbono. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. 1, p. 157-172, 2013.
- FAUCHEUX, S.; FROGER, G.; NOEL, J. F. What forms of rationality for sustainable development? **Journal of Socio-Economics**, v. 24, n. 1, p. 169-209, 1995.
- FELIX, J. D. B. Ganhos de mercado por meio do marketing ambiental. **Revista Universitas de Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 1-24, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GRZESZCZYK, T. A. Barriers to sustainable development of agribusiness in Poland. **Actual Problems of Economics**, n. 129, pp. 365-374, 2012.
- GUIMARAES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa:** racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987. Vol. I.
- HAIR JUNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados.** 5. ed. Porto Alegre, Bookman, 2005.
- HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, p. 135-149, 2011.
- JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1-2, p. 315-338, 2003.
- JONES, P. **Studying society:** sociological theories and research practices. Londres: Collins, 1993.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Pensar Contábil**, v. 9, p. 19-26, 2000.
- KUO, L. P.; YEH, C. C.; YU, H. C. Disclosure of Corporate Social Responsibility and Environmental Management: Evidence from China. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 19, n. 5, p. 273-287, 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LANDER, E. **The green economy:** the wolf in sheep's clothing, 2011. Disponível em: <<http://www.tni.org/report/green-economy-wolf-sheeps-clothing>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

- LINTON, J. D.; KLASSEN, R.; JAYARAMAN, V. Sustainable supply chains: An introduction. **Journal of Operations Management**, v. 25, n. 6, p. 1075-1082, 2007.
- LIOUI, A.; SHARMA, Z. Environmental corporate social responsibility and financial performance: Disentangling direct and indirect effects. **Ecological Economics**, v. 78, p. 100-111, 2012.
- LOPES, V. N.; PACAGNAN, M. N. Marketing verde e práticas socioambientais nas indústrias do Paraná. **Revista de Administração**, v. 49, n. 1, p. 116-128, 2014.
- MACÊDO, N. M. M. N.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande - PB. **Gestão e Produção**, v. 18, n. 3, p. 619-632, 2011.
- MACRAE, R. J.; HENNING, J.; HILL, S. B. Strategies to overcome barriers to the development of sustainable agriculture in Canada - the role of agribusiness. **Journal of Agricultural & Environmental Ethics**, v. 6, n. 1, p. 21-51, 1993.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MANLY, B. J. F. **Métodos estatísticos multivariados: uma introdução**. 3. ed. Porto Alegre, Bookman, 2008.
- MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, p. 03-19, 2012.
- MATTOS, P. L. C. L. "Bibliometria": a metodologia de pesquisa convencional em questão. **RAE Eletrônica**, v. 3, n.2, p. 1-6, 2004.
- MENDONÇA, R. R. S. **As dimensões da responsabilidade social: uma proposta de** instrumento para avaliação. 2002. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MILANI, B; RIGHI, M. B.; CERETTA, P. S.; DIAS, V. Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o risco e o retorno dos investimentos? **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. esp., p. 667-682, 2012.
- MINGOTI, S. **Análise de dados através de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MISOCZKY1, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 5, p.546-568, 2012.
- MORVAN, Y. **Fondements d'économie industrielle**. Paris: Economica, 1988.
- OLIVEIRA, E. C. Ensaio teórico sobre a variável ambiental como fator de forte influência nas estratégias empresariais. **Caderno de Administração**, v. 15, n.2, p. 49-57, 2007.
- ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, n. 5, v.51, p. 471-484, 2011.
- ORO, I. M.; RENNER, S.; BRAUN, M. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 247-262, 2013.
- RAHMAN, N.; POST, C. Measurement Issues in Environmental Corporate Social Responsibility (ECSR): Toward a Transparent, Reliable, and Construct Valid Instrument. **Journal of Business Ethics**, v. 105, n. 3, p. 307-319, 2012.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações**.

- Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- RIBAS, J. R.; VIEIRA, P. R. C. Análise multivariada com o uso do SPSS.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna. 2011.
- ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.
- ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (Orgs.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Unicamp, 1996.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SALOMÃO, C. S. C. T. Responsabilidade socioambiental do agronegócio da soja entorno do Distrito Federal.** 2007. Dissertação de mestrado em Planejamento e gestão ambiental. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2007.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v.37, n 2, p.18-30, 1997.
- SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995.
- SIENA, O. Método para avaliar desenvolvimento sustentável: técnicas para escolha e ponderação de aspectos e dimensões. **Produção**, v. 18, n. 2, p. 359-374, 2008.
- SILVA, S. S. Proposta de um modelo de análise do comprometimento com a sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 35-54, 2014.
- SILVA, S. S.; REIS, R. P. Sustentabilidade nos discursos empresariais: uma luz no fim do túnel ou perfumaria? XXXV Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2011.
- SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Revista de Administração da Mackenzie**, v.12, n.3, pp. 146-176, 2011.
- SMITH, N. **Uneven development**: nature, capital and the production of nature. Oxford: Blackwell, 1984.
- SOARES, R. S.; VALADÃO JUNIOR, V. M. As faces que a responsabilidade sócio-ambiental mostra e as que ela esconde. **Alcance**, v. 14, n.3 p. 375 - 384, 2007.
- SOUZA, M. C. G. L.; CASOTTI, L. M.; LEMME, C. F. Consumo consciente como determinante da sustentabilidade empresarial: respeitar os animais pode ser um bom negócio ?. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 861-877, 2013.
- STAHEL, A. W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.
- THEODORSON, G. A.; THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.
- TURANO, L. M. ; CHERMAN, A. ; FRANCA, L. S. . Sustentabilidade em uma Grande Corporação: Uma Análise da Discrepância entre Discurso e Prática. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. esp., p. 111-128, 2014.
- VASCONCELOS, I. F.F. G.; ALVES, M. A.; PESQUEUX, Y. Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável:

olhares habermasianos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, p. 148-152, 2012.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, pp. 39-52, 2010.

VENTURA, E. C. F. Responsabilidade Social das Empresas sob a ótica do “Novo Espírito do Capitalismo”. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação em administração, 2002, **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

VERDOLIN, D. R.; ALVES, A. F. Responsabilidade social: perspectivas para o agronegócio. **Organizações rurais agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 103-113, 2005.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v.10, n.3, pp. 569-583, 2012.